

No. 36798

**Brazil
and
Costa Rica**

Agreement in the field of civil aviation, supplementary to the Agreement on technical cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Costa Rica. San José, 4 April 2000

Entry into force: *4 April 2000 by signature, in accordance with article IX*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 19 July 2000*

**Brésil
et
Costa Rica**

Accord dans le domaine de l'aviation civile, complémentaire à l'Accord de coopération technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Costa Rica. San José, 4 avril 2000

Entrée en vigueur : *4 avril 2000 par signature, conformément à l'article IX*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Euregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 19 juillet 2000*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE COSTA RICA NA ÁREA DE AVIAÇÃO CIVIL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Costa Rica
(doravante denominados “Partes”),

Considerando:

Que as relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Costa Rica, de 22 de setembro de 1997;

Que a cooperação técnica na área de aviação civil reveste-se de especial interesse para as Partes, com base no mútuo benefício e reciprocidade;

Ajustam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Ajuste Complementar tem por objetivo desenvolver projetos e atividades de cooperação técnica nas áreas de aeronavegabilidade, operações aeronáuticas, certificação de pessoal, processos informatizados e outros temas de aviação civil.

ARTIGO II

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como responsável pela coordenação e acompanhamento dos projetos e atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar;

- b) o Ministério da Defesa, por meio do Departamento de Aviação Civil, como responsável pela execução dos projetos e atividades decorrentes deste instrumento.

ARTIGO III

O Governo da República da Costa Rica designa:

- a) O Ministério das Relações Exteriores e Culto, como responsável pela coordenação e acompanhamento dos projetos e atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar;
- b) Ministério de Obras Públicas e Transportes, por meio da Direção Geral de Aviação Civil, como responsável pela execução dos projetos e atividades decorrentes deste instrumento.

ARTIGO IV

Para alcançar o objetivo constante do Artigo I do presente Ajuste Complementar, as Partes fomentarão as seguintes ações:

a) Assessoria e capacitação de técnicos costarriquenhos, por especialistas brasileiros, em matéria de aeronavegabilidade e manutenção para o desenvolvimento de processos de:

- homologação de empresas aéreas;
- análise e aprovação de programas de manutenção;
- análise e aprovação de Listas de Equipamentos Mínimos (MEL);
- análise e aceitação de manuais gerais de manutenção (MGM) de empresas aéreas;
- auditorias técnicas de manutenção de empresas aéreas;
- análise e aceitação de procedimento relativos ao abastecimento de combustíveis;
- homologação de empresas de manutenção aeronáutica;
- análise e aceitação de manuais de procedimentos de inspeção (MPI) de empresas de manutenção aeronáutica;
- auditoria técnica em empresas de manutenção aeronáutica;
- preparação de procedimentos e guias para a orientação de inspetores de aeronavegabilidade e manutenção no que se refere a homologação e controle de empresas aéreas e empresas de manutenção.

b) Assessoria e capacitação de técnicos costarriquenhos, por especialistas brasileiros, em matéria de operações aeronáuticas para o desenvolvimento de processos de:

- homologação de escolas de aviação;
- homologação de empresas aéreas;
- análise e aprovação de programas de treinamento;
- análise e aceitação de manuais gerais de operação (MGO) de empresas aéreas;
- análise e aceitação de manuais de cargas perigosas;
- análise e aceitação de Listas de Equipamentos Mínimos (MEL);
- análise e aceitação de planos-mestres de segurança de empresas aéreas;
- análise e aceitação de programas de prevenção de acidentes aeronáuticos;
- análise e aceitação de procedimentos relativos ao abastecimento de combustíveis;
- preparação de procedimentos e guias para orientação de inspetores de operações no que se refere a homologação e controle de empresas aéreas;
- preparação de procedimentos e guias para orientação de inspetores de aviação civil para certificação de pilotos e demais aeronavegantes e aeroviários;
- preparação de procedimentos e guias para orientação de inspetores de operações no que se refere a inspeções de aeronaves em rampa.

c) No âmbito da informática, assessoria e capacitação de técnicos costarriquenhos, por especialistas brasileiros, nos seguintes assuntos:

- serviços aeroportuários;
- finanças;
- comercial;
- jurídico;
- orçamento e tesouraria; e
- contabilidade.

ARTIGO V

As entidades executoras elaborarão as propostas de projeto de forma coordenada detalhando: os objetivos, justificativa, custos, formas de financiamento, prazos de execução e demais condições. As propostas serão apresentadas às entidades de coordenação em seus respectivos países.

ARTIGO VI

Os custos para a implementação dos projetos e atividades, isto é, despesas com passagens, alojamento e alimentação serão da responsabilidade da Parte costarriquenha e as ações deverão ser desenvolvidas utilizando as instalações brasileiras.

ARTIGO VII

1. As entidades executoras elaborarão relatórios semestrais sobre os resultados obtidos nos projetos e atividades decorrentes deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às entidades de coordenação e examinados nas reuniões da Comissão Mista de cooperação, quando forem convocadas.

2. Os documentos elaborados e resultantes dos projetos e das atividades desenvolvidos no contexto deste Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser expressamente científicas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

ARTIGO VIII

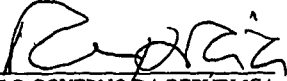
Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar aplicar-se-ão as disposições do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, de 22 de setembro de 1997.

ARTIGO IX

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade por um período de 2 (dois) anos, prorrogável pelo mesmo período, salvo se uma das Partes notificar à outra, por via diplomática, com antecedência de 6 (seis) meses à data de expiração, sua intenção de denunciá-lo.

2. A denúncia do presente Ajuste Complementar não prejudicará os projetos e atividades em andamento, os quais serão executados até o seu término.

Feito em São José, Costa Rica, em 04 de abril de 2000, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das Relações
Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA COSTA RICA

Roberto Rojas López
Ministro de Relações Exteriores
e Culto

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO DE COOPERACION
TECNICA ENTRE EL GOBIERNO
DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
Y EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE COSTA RICA
EN EL AREA DE LA AVIACION CIVIL**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Costa Rica, (en adelante denominados "Partes"),

CONSIDERANDO:

Que las relaciones de cooperación han sido fortalecidas y amparadas por el Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República de Costa Rica y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, del 22 de setiembre de 1997;

Que la cooperación técnica en el área de la aviación civil se reviste de especial interés para las Partes, con base al mutuo beneficio y reciprocidad;

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

El presente Acuerdo Complementario tiene por objetivo desarrollar proyectos y actividades de cooperación técnica en las áreas de aéreo-navegabilidad, operaciones aeronáuticas, certificación del personal, procesos informatizados y otros temas de aviación civil.

ARTICULO II

El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa:

- a) a la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de las Relaciones Exteriores (ABC/MRE) como responsable por la coordinación y acompañamiento de los proyectos y actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario;
- b) al Ministerio de la Defensa por medio del Departamento de Aviación Civil como responsable de la ejecución de los proyectos y actividades resultantes de este instrumento.

ARTICULO III

El Gobierno de la República de Costa Rica designa:

- a) Al Ministerio de las Relaciones Exteriores y Culto, como responsable de la coordinación y acompañamiento de los proyectos y actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario;
- b) Al Ministerio de Obras Públicas y Transportes, por medio de la Dirección General de Aviación Civil como responsable de la ejecución de los proyectos y actividades resultantes de este instrumento.

ARTICULO IV

Para alcanzar el objetivo constante en el Artículo I del presente Acuerdo Complementario, las partes fomentarán las siguientes acciones:

- a) asesoría y capacitación de técnicos costarricenses, por especialistas brasileños, en materia de aéreo-navegación y manutención para el desarrollo de los procesos de:
 - homologación de empresas aéreas;
 - análisis y aprobación de los proyectos de manutención;
 - análisis y aprobación de Listas de Equipos Mínimos (MEL);
 - Análisis y aceptación de manuales generales de manutención (MGM) de empresas:
 - aéreas;
 - auditorías técnicas de manutención de empresas aéreas;
 - Análisis y aceptación de procedimientos relativos al abastecimiento de combustible;
 - homologación de empresas de manutención aeronáuticas;
 - análisis y aceptación de manuales de procedimientos de inspección (MPI) de empresas de manutención aeronáutica;
 - auditoria técnica en empresas de manutención aeronáutica;
 - preparación de procedimientos y guías para la orientación de inspectores de aéreo-navegabilidad, manutención en lo que se refiere a la homologación y control de empresas aéreas y empresas de manutención.
- b) asesoría y capacitación de técnicos costarricenses, por especialistas brasileños, en materia de operaciones aeronáuticas para el desarrollo de procesos de:

- homologación de escuelas de aviación;
- homologación de empresas aéreas;
- análisis y aprobación de programas de entrenamiento;
- análisis y aceptación de manuales generales de operación (MGO) de empresas aéreas;
- análisis y aceptación de manuales de cargas peligrosas;
- análisis y aceptación de Listas de Equipos Mínimos (MEL);
- análisis y aceptación de planes maestros de seguridad de empresas aéreas;
- análisis y aceptación de programas de prevención de accidentes aeronáuticos;
- análisis y aceptación de procedimientos relativos al abastecimiento de combustibles;
- preparación de procedimientos y guías para orientación de inspectores de operación en lo que se refiere a la homologación y control de empresas aéreas;
- preparación de procedimientos y guías para la orientación de inspectores de aviación civil para la certificación de pilotos y demás aéreo navegantes y aéreo viarios;
- preparación de procedimientos y guías para orientación de inspectores de operaciones en lo que se refiere a las inspecciones de aeronaves en rampa.

c) en el ámbito de la informática, asesoría y capacitación de técnicos costarricenses, por especialistas brasileños, en los siguientes asuntos:

- servicios aéreo portuarios;
- finanzas;
- comercial;
- jurídico;
- presupuesto y tesorería; y
- contabilidad.

ARTICULO V

Las entidades ejecutoras elaborarán las propuestas de proyecto de forma coordinada detallando: los objetivos, justificación, costos, formas de financiamiento, plazos de ejecución y demás condiciones. Las propuestas serán presentadas a las entidades de coordinación en sus respectivos países.

ARTICULO VI

Los costos para la implementación de los proyectos y actividades, esto es, gastos de pasajes, alojamiento y alimentación serán de responsabilidad de la parte costarricense y las acciones deberán ser desarrolladas utilizando las instalaciones brasileñas.

ARTICULO VII

1. Las entidades ejecutoras elaborarán informes semestrales sobre los resultados obtenidos en los proyectos y actividades transcurridos de este Acuerdo Complementario, los cuales serán presentados a las entidades de coordinación y examinados en las reuniones de la Comisión Mixta de cooperación, cuando fuesen convocados;
2. Los documentos elaborados y resultantes de los proyectos y de las actividades desarrolladas en el contexto de este Acuerdo Complementario serán de propiedad conjunta de las Partes. La versión oficial de los documentos de trabajo será elaborada en el idioma del país de origen del trabajo. En el caso de publicación de los referidos documentos, deberán las Partes ser expresamente notificadas y mencionadas en el texto del documento objeto de publicación.

ARTICULO VIII

Para las cuestiones no previstas en este Acuerdo Complementario se les aplicará las disposiciones del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Costa Rica, del 22 de setiembre de 1997.

ARTICULO IX

1. El presente Acuerdo Complementario entrará en vigencia en la fecha de su firma y tendrá validez por un periodo de 2 (dos) años, prorrogable por el mismo periodo, salvo si una de las Partes notifica a la otra, por vía diplomática, con anterioridad de 6 (seis) meses a la fecha de expiración, su intención de denunciarlo.

2. La denuncia de presente Acuerdo Complementario no perjudicará los proyectos y actividades en trámite, los cuales serán ejecutados hasta su término.

Hecho en San José, Costa Rica, el 4 de abril del 2000, en dos ejemplares originales, en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.



**POR EL GOBIERNO
DE LA REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL**



**POR EL GOBIERNO
DE LA REPUBLICA DE COSTA RICA**

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT IN THE FIELD OF CIVIL AVIATION, SUPPLEMENTARY TO
THE AGREEMENT ON TECHNICAL COOPERATION BETWEEN THE
GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND
THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF COSTA RICA

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Costa Rica (hereinafter referred to as "the Parties")

Considering:

That cooperation between them has been strengthened and enhanced by the Agreement on Technical Cooperation between the Government of the Republic of Costa Rica and the Government of the Federative Republic of Brazil of 22 September 1997;

That the Parties have a special interest in technical cooperation in the field of civil aviation, on the basis of mutual benefit and reciprocity;

Agree on the following:

Article I

The objective of this Supplementary Agreement is the execution of technical cooperation projects and activities in the fields of air navigation, aeronautical operations, certification of staff, computerized procedures, and other topics related to civil aviation.

Article II

The Government of the Federative Republic of Brazil designates:

- (a) The Brazilian Cooperation Agency of the Ministry of Foreign Affairs to coordinate and oversee the projects and activities resulting from this Supplementary Agreement;
- (b) The Ministry of Defence, through the Department of Civil Aviation, to execute the projects and activities resulting from this instrument.

Article III

The Government of the Republic of Costa Rica designates:

- (a) The Ministry of Foreign Affairs and Worship to coordinate and oversee the projects and activities resulting from this Supplementary Agreement;
- (b) The Ministry of Public Works and Transportation, through the General Civil Aviation Board, to execute the projects and activities resulting from this instrument.

Article IV

To achieve the ongoing objective stated in article I of this Supplementary Agreement, the Parties shall encourage the following activities:

(a) Counselling and training of Costa Rican technicians by Brazilian specialists in the areas of air navigation and maintenance for the purposes of:

- Licensing of airlines;
- Evaluation and approval of maintenance projects;
- Evaluation and approval of Minimum Equipment Lists (MELs);
- Evaluation and adoption of General Maintenance Manuals (GMMs) for airlines;
- Technical audits of maintenance by airlines;
- Evaluation and adoption of fuelling procedures;
- Licensing of aircraft maintenance companies;
- Evaluation and adoption of Inspection Procedures Manuals (IPMs) for aircraft maintenance companies;
- Technical audits of aircraft maintenance companies;
- Formulation of procedures and guidelines for inspectors of air navigation and maintenance with reference to licensing and monitoring of airlines and maintenance companies.

(b) Counselling and training of Costa Rican technicians by Brazilian specialists in the area of aeronautical operations for the purpose of:

- Licensing of flight schools;
- Licensing of airlines;
- Evaluation and approval of training programmes;
- Evaluation and adoption of General Operations Manuals (GOMs) for airlines;
- Evaluation and adoption of dangerous cargo manuals;
- Evaluation and adoption of Minimum Equipment Lists (MELs);
- Evaluation and adoption of master security plans for airlines;
- Evaluation and adoption of aviation accident prevention programmes;
- Evaluation and adoption of fuelling procedures;
- Formulation of procedures and guidelines for operations inspectors with reference to the licensing and monitoring of airlines;
- Formulation of procedures and guidelines for civil aviation inspectors with respect to the certification of pilots and other flight crew members and ground personnel;
- Formulation of procedures and guidelines for operations inspectors with respect to ramp inspections of aircraft.

(c) In the area of computerization, counselling and training of Costa Rican technicians by Brazilian specialists, with respect to the following topics:

- Airport services;
- Finance;

- Commerce;
- Law;
- Budget and cash flow;
- Accounting.

Article V

The executing authorities shall develop coordinated project proposals specifying: objectives, rationale, costs, financing methods, deadlines and other conditions. The proposals shall be submitted to the coordinating authorities in the two countries.

Article VI

The costs of implementing the projects and activities, including travel, accommodation and food, shall be borne by the Costa Rican Party, and the programmes shall be carried out on Brazilian premises.

Article VII

1. The executing authorities shall formulate semi-annual reports on the results of the projects and activities arising from this Supplementary Agreement, which shall be submitted to the coordinating authorities and examined at meetings of the Joint Cooperation Committee, when such meetings are convened.

2. The documents formulated for and arising from the projects and activities implemented in the context of this Supplementary Agreement shall be the joint property of the Parties. The official version of the working documents shall be prepared in the language of the country where the work originates. In the event that the aforementioned documents are published, the Parties shall be expressly notified and mentioned in the text of the published document.

Article VIII

The provisions of the Agreement on Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Costa Rica of 22 September 1997 shall apply with respect to any matters not covered in this Supplementary Agreement.

Article IX

1. This Supplementary Agreement shall enter into force on the date of its signature, shall remain in force for a period of two (2) years and may be renewed for two-year periods, unless one of the Parties notifies the other, six (6) months before the expiration date, through the diplomatic channel, of its intention to denounce it.

2. Denunciation of this Supplementary Agreement shall not affect projects and activities in progress, which shall be completed.

Done at San José, Costa Rica, on 4 April 2000, in two original copies in Spanish and Portuguese, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Costa Rica:

ROBERTO ROJAS LÓPEZ
Minister for Foreign Affairs and Worship

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ARRANGEMENT DANS LE DOMAINE DE L'AVIATION CIVILE, COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE COOPÉRATION TECHNIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU COSTA RICA

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Costa Rica (ci-après dénommés "les Parties"),

Considérant :

Que leurs rapports en matière de coopération ont été renforcés et protégés par l'Accord de coopération technique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Costa Rica, du 22 septembre 1997;

Que la coopération technique dans le domaine de l'aviation civile revêt un intérêt particulier pour les Parties, sur la base de l'avantage mutuel et de la réciprocité;

Conviennent comme suit :

Article premier

Le présent Arrangement complémentaire a pour objectif d'élaborer des projets et activités de coopération technique dans les secteurs de la navigabilité aérienne, des opérations aériennes, de la certification du personnel, des processus informatisés et autres questions touchant l'aviation civile.

Article II

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne :

a) L'Agence brésilienne de coopération du Ministère des relations extérieures (ABC/MRE) comme organisme chargé de la coordination, de l'accompagnement et de l'évaluation des projets et activités découlant du présent Arrangement complémentaire;

b) Le Ministère de la défense, par l'intermédiaire du Département de l'aviation civile, comme organisme chargé de l'exécution des projets et activités découlant du présent instrument.

Article III

Le Gouvernement de la République du Costa Rica désigne :

a) Le Ministère des relations extérieures et du culte comme organisme chargé de la coordination et de l'accompagnement des projets et activités découlant du présent Arrangement complémentaire;

b) Le Ministère des travaux publics et des transports, par l'intermédiaire de la Direction générale de l'aviation civile, comme organisme chargé de l'exécution des projets et activités découlant du présent Arrangement instrument.

Article IV

En vue de réaliser l'objectif mentionné à l'article premier du présent Arrangement complémentaire, les Parties favorisent les actions suivantes :

a) Orientation et formation par des spécialistes brésiliens de techniciens costariciens dans les domaines de la navigabilité aérienne et de la maintenance en vue d'élaborer des processus de :

- Homologation d'entreprises de transport aérien;
- Analyse et approbation de programmes de maintenance;
- Analyse et approbation des listes minimales d'équipements (LME);
- Analyse et agrément des manuels généraux d'entretien des entreprises de transport aérien;
- Contrôles techniques des opérations d'entretien des entreprises de transport aérien;
- Analyse et agrément des procédures relatives à l'approvisionnement en combustible;
- Homologation d'entreprises d'entretien d'aéronefs;
- Analyse et agrément de manuels des procédures d'inspection des entreprises d'entretien d'aéronefs;
- Contrôle technique d'entreprises d'entretien d'aéronefs;
- Élaboration de procédures et de guides pour l'orientation des inspecteurs de la navigabilité aérienne et de l'entretien en ce qui concerne l'homologation et le contrôle d'entreprises de transport aérien et d'entretien d'aéronefs.

b) Orientation et formation par des spécialistes brésiliens de techniciens costariciens dans les domaines des opérations aériennes en vue d'élaborer des processus de :

- Homologation d'écoles de pilotage;
- Homologation d'entreprises de transport aérien;
- Analyse et agrément de programmes de formation;
- Analyse et agrément de manuels généraux d'exploitation des entreprises de transport aérien;
- Analyse et agrément de manuels pour le transport de marchandises dangereuses;
- Analyse et agrément de listes minimales d'équipements (LME);
- Analyse et agrément des plans directeurs de sécurité des entreprises de transport aérien;
- Analyse et agrément des programmes de prévention des accidents de circulation aérienne;
- Analyse et agrément des procédures relatives à l'approvisionnement en combustible;

- Élaboration de procédures et de guides pour l'orientation des inspecteurs d'exploitation en ce qui concerne l'homologation et le contrôle d'entreprises de transport aérien;
- Élaboration de procédures et de guides pour l'orientation des inspecteurs de l'aviation civile pour la certification des pilotes, du personnel naviguant et autres gens de l'air;
- Élaboration de procédures et de guides pour l'orientation des inspecteurs d'exploitation en ce qui concerne l'inspection des aéronefs en piste.

c) Dans le domaine de l'informatique, orientation et formation par des spécialistes brésiliens de techniciens costariciens dans les domaines suivants :

- Services aéroportuaires;
- Finances;
- Questions commerciales;
- Questions juridiques;
- Budget et trésorerie; et
- Comptabilité.

Article V

Les organismes d'exécution élaborent les propositions de projet de façon coordonnée en détaillant les objectifs, la justification, les coûts, les formes de financement, les délais d'exécution et les autres conditions. Ils présentent ces propositions aux organes de coordination de leur pays respectif.

Article VI

Les coûts nécessaires à la mise en oeuvre des projets et activités (frais de voyage, d'hébergement et de subsistance) sont à la charge de la Partie costaricienne, tandis que les actions sont menées en employant des installations brésiliennes.

Article VII

1. Les organismes d'exécution établissent et transmettent aux organismes de coordination des rapports semestriels sur les résultats obtenus par les projets et activités élaborés dans le cadre du présent Arrangement complémentaire, rapports qui sont examinés à l'occasion des réunions éventuelles de la Commission mixte de coopération.

2. Les documents élaborés ou résultant des projets et activités mis au point dans le contexte du présent Arrangement complémentaire appartiennent en commun aux Parties. La version officielle des documents de travail est rédigée dans la langue du pays d'origine des travaux. Si lesdits documents sont publiés, il doit être fait expressément mention des Parties dans le corps du texte publié.

Article VIII

Toute question qui n'est pas prévue dans le présent Arrangement complémentaire relève des dispositions de l'Accord de coopération technique et scientifique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Costa Rica, du 22 septembre 1997.

Article IX

1. Le présent Arrangement complémentaire entre en vigueur à la date de sa signature pour une période de deux ans et il est renouvelable pour une période de même durée à moins que l'une des Parties ne notifie à l'autre, par la voie diplomatique, six mois avant qu'il n'expire, son intention de le dénoncer.

2. La dénonciation du présent Arrangement ne porte pas préjudice aux projets et activités en cours, dont l'exécution est menée à terme.

Fait à San José (Costa Rica), le 4 avril 2000, en deux exemplaires originaux, en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

Le Ministre d'État aux relations extérieures,

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République du Costa Rica :

Le Ministre des relations extérieures et du culte,

ROBERTO ROJAS LÓPEZ

